

**COELHO, Maria Helena da Cruz;
HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Coords.),
2018 – *As Décadas de Ceuta (1385-1460)*.**

Lisboa: Caleidoscópio. ISBN: 978-989-658-558-7

Joana Lencart¹

Nesta obra, coordenada por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, publicam-se os textos de onze historiadores que animaram algumas das dezassete sessões comemorativas da efeméride de Ceuta promovidas pelo Departamento de História, Artes e Humanidades da Universidade Autónoma de Lisboa, entre outubro de 2015 e maio de 2016. Esta coletânea reflete o panorama de um reino entre o dealbar de uma nova dinastia – 1385 – e o termo do expansionismo henriquino – 1460 – realizando um ‘diagnóstico crítico’ das *décadas de Ceuta*. Somos confrontados com novas leituras de um tema revisitado que, como veremos, está longe de estar esgotado. É, por isso, um livro de leitura obrigatória para quem estuda este marco da história de Portugal.

Maria Helena da Cruz Coelho é professora catedrática da Universidade de Coimbra, investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura, presidente da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais e ainda membro de diversas academias e comissões. A sua investigação, centrada no período medieval, incide sobre a historiografia, a história política, social, económica e institucional, o poder local, o quotidiano, entre outras temáticas. Recebeu diversos prémios e foi ainda agraciada com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique ².

Armando Luís de Carvalho Homem é professor catedrático da Universidade do Porto e professor catedrático convidado da Universidade Autónoma de Lisboa e membro de diversas comissões e associações nacionais e estrangeiras. Como medievista, realiza os seus estudos sobre o Estado, o poder régio, a chancelaria, os oficiais burocráticos, entre outros³.

Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem são os coordenadores de uma obra que agrega as reflexões de nove historiadores portugueses e dois espanhóis sobre a conjuntura peninsular em torno de Ceuta no período entre 1385 e 1460. Ambos os coordenadores têm um longo historial de publicações e de edições, revelando-se a sua atuação conjunta uma mais valia para esta obra.

1 CEPESE. *E-mail*: joana.lencart@meo.pt.

2 https://www.uc.pt/imprensa_uc/Autores/galeriaautores/mariacoelho.

3 <https://autonoma.pt/docentes/armando-luis-de-carvalho-homem/>.

José Luís Martín Martín apresenta um estudo intitulado «De Juan I a Juan II: política castellana en el estrecho de Gibraltar en la época de la conquista de Ceuta» (pp. 9-33). A armada castelhana foi adquirindo importância na sequência de, pelo menos, dois fatores: o incremento paulatino de embarcações que formavam a frota real, e a relevância política assumida pelo cargo de almirante. Neste sentido, a frota castelhana em meados do séc. XIV teria cerca de duas dezenas de embarcações e no início do séc. XV representava perto de uma centena, dados que refletem a valorização da armada por parte da monarquia. No período em estudo, a relevância social do cargo de almirante está espelhada no facto de recair em personagens notáveis da Corte⁴ e de ser duramente disputado. José Luís Martín relata as expedições das armadas de D. Pero Niño, em 1404, contra os corsários e da frota de Fernando de Antequera, depois Fernando I de Aragão, no controlo do Estreito. Na visão deste historiador, a conquista de Ceuta pelos portugueses terá sido consequência do desinteresse mostrado pelo infante castelhano em colaborar na organização de uma cruzada contra os muçulmanos de Granada. Conclui afirmando que o rei e os infantes portugueses lograram um grande feito, em 1415: fortaleceram a imagem da monarquia portuguesa e impediram que o expansionismo castelhano se estendesse para lá do Estreito.

José Amado Mendes assina o texto «Conquista de Ceuta (1415) o dossier historiográfico: interpretações e perspectivas» (pp. 35-52). O autor compara as iniciativas levadas a cabo nos 500 (1915) e nos 600 anos (2015) da conquista de Ceuta, bastante ténues no quinto centenário – consequência também do eclodir da I Guerra Mundial – e muito mais efusivas no sexto centenário com numerosos colóquios e encontros científicos, bem como numerosas publicações. De seguida, Amado Mendes comenta o objetivo e as motivações subjacentes à conquista de Ceuta e analisa alguns dos pontos de vista de diversos autores sobre o assunto: o Cardeal Saraiva, Oliveira Martins, Joaquim Bensaúde, Jaime Cortesão, António Sérgio, Vitorino Magalhães Godinho, Charles Boxer e Borges de Macedo, referindo ainda outros autores que abordaram o tema. Somos, seguidamente, esclarecidos acerca da preparação da expedição, que começou, como se sabe, sob rigoroso sigilo e com grande antecedência, do desenrolar dos acontecimentos (agosto de 1415) até ao regresso da frota a Lisboa (setembro) e as dificuldades para manter Ceuta. O autor retrata, ainda, as interpretações historiográficas acerca do episódio da conquista de Ceuta: «reconquista medieval ou primeiro acontecimento histórico importante da época moderna» (p. 49); «evento heroico ou empreendimento de índole empresarial» (p. 50). Por fim, conclui que há ainda assuntos a aprofundar à luz não só de novas fontes, mas também do avanço da historiografia, como a questão do armamento utilizado por portugueses e muçulmanos; o processo de anexação por Castela e o património de origem portuguesa.

Maria Helena da Cruz Coelho, além de coordenadora da obra, é também autora de «Um rei, uma família, uma Corte, dois cronistas» (pp. 53-70). «Um rei» – D. João I – cuja imagem nos é desenhada pelos seus «dois cronistas» – Fernão Lopes, autor da *Crónica de D. João I*, e Zurara, que escreveu a *Crónica da Tomada de Ceuta* – os quais moldaram a figura do monarca aos encomendadores das obras: D. Duarte e D. Afonso V. A tomada de Ceuta representava a sublimação da política guerreira de D. João I, pois assumia-se, por um lado, como guerra santa e, por outro, como notável feito militar onde os infantes receberam a Ordem de Cavalaria. «Uma família» iniciada no seu casamento com D. Filipa de Lencastre que o rei escolheu em Inglaterra, evitando quaisquer ligações a Castela, e cuja descendência cresceu rapidamente – cinco filhos e uma filha. Dois filhos ilegítimos, nascidos antes do seu casamento com D. Filipa, completam uma vasta prole que projetou a dinastia de Avis, dentro e fora do Reino nos seus diversos protagonismos, devidamente assinalados pela autora. «Uma Corte» que acompa-

4 O autor apresenta um quadro com os almirantes de Castela entre 1350 e 1450 e as suas principais atuações (p. 21).

nhava «os dois corpos do rei – o público e o privado» (p. 64), uma estrutura burocrática e oficiais domésticos que seguem o rei nas suas deslocações, impondo acomodações dignas de tal séquito, e descritas com grande eloquência pela autora. No final, fica claro que D. João I assumiu, comprometidamente, a governação do Reino.

Flávio Miranda é o autor da exposição «O tempo de Ceuta: comércio e mercadores» (pp. 71-91). Segundo este autor, há um *tempo de Ceuta* de mercadores e de comércio anterior ao *tempo de Ceuta* que se seguiu a 1415. A conquista portuguesa de Ceuta, em 1415, desfez as estruturas políticas e socioeconómicas da Ceuta muçulmana, substituindo-a por uma estratégia de ocupação militar. A partir do séc. XII, Ceuta transformara-se num dos entrepostos mercantis mais importantes do mundo muçulmano, desmantelado após o abandono da praça que se seguiu à conquista de 1415. O autor estrutura de forma muito clara as vicissitudes comerciais e mercantis deste entreposto magrebino nas décadas imediatamente anteriores e posteriores a 1415 e a relação dos mercadores portugueses com este e outros entrepostos comerciais, nomeadamente do norte da Europa. O comércio externo português só apresentou sinais de crescimento a partir da década de 1430, e mais intenso a partir de finais da década de 1440. Constatando que as ações armadas eram ineficazes para as relações comerciais, D. Afonso V, em 1456, ordenou a Diogo Gomes que iniciasse procedimentos diplomáticos com líderes africanos para o estabelecimento de rotas económicas. O autor conclui que a presença portuguesa nesta praça norte-africana foi marcada pela atuação militar e pela presença pontual de mercadores e alguma atividade comercial.

Hermínia Vasconcelos Vilar apresenta-nos um texto intitulado «Bispos na conquista de Ceuta ou os possíveis significados de uma ausência» (pp. 93-108). Segundo Zurara, nenhum bispo participou na campanha de Ceuta e a primeira missa após a conquista foi celebrada por Fr. João Xira, reiterando que essa ausência não era grave pois existiam clérigos bastantes para a celebração dos ofícios. A autora reflete, então, nesta ausência, num primeiro momento, e na atuação de D. João I para alcançar a constituição da diocese de Ceuta, reconhecida em 1420, cuja catedral se sediava na antiga mesquita, e definindo-se as suas fronteiras. Os limites dados à diocese não estavam isentos de polémica, sobretudo os territórios do reino de Granada próximo do mar, que colidiam com os interesses castelhanos. Voltando à questão da ausência do clero diocesano no episódio da conquista de Ceuta, a autora aponta várias explicações sublinhando, todavia, o impacto do Cisma que teria contribuído para fragilizar e relativizar o papel central do Papado, criando dois centros de obediência, e acentuando a conflitualidade interna na estrutura eclesiástica portuguesa. O relato de Zurara pode ser interpretado como uma acentuada perda de influência do clero episcopal.

Na mesma linha de abordagem sobre a participação do clero em Ceuta, Paula Pinto Costa assina o texto «As Ordens Religioso-Militares – percursos e significados» (pp. 109-126), focado na atuação das referidas Ordens Religioso-Militares, que sofreram pesadas transformações nas décadas em estudo. A autora contextualiza a especificidade destas instituições, a nível eclesiástico e socioeconómico, para justificar a sua elevada exposição política e a sua proximidade à Coroa de forma a responder à questão: «o que representariam as Ordens Militares nas *décadas de Ceuta?*» (p. 118). Em nove pontos, Paula Pinto Costa salienta que as Ordens Militares representavam formas de sustentabilidade da monarquia, um enorme potencial diplomático pelas suas relações além-fronteiras, um contributo para o exército régio e um reduto de servidores da coroa, uma possibilidade para absorver os infantes e potenciar as suas casas patrimoniais, uma possibilidade crescente de nobilitação, a continuidade da guerra no Mediterrâneo, a presença efetiva, ou a tentativa de presença, no território africano e ainda a continuidade do ideal de cruzada, de que a Ordem de Cristo é a expressão institucional. Concluindo, a autora demonstra que as Ordens Militares se assumiram, neste período, como instrumentos de governação do reino e de controlo de algumas das suas forças sociais, permitindo ao rei manifestar o seu protagonismo.

João Gouveia Monteiro faz uma exposição sobre estratégia militar em «A campanha militar de Ceuta (1415) revisitada» (pp. 127-146). A abordagem da maior operação militar medieval portuguesa é analisada sob seis ângulos: planificação; recrutamento; financiamento; logística; armamento; e execução tática. Segundo este autor, Ceuta foi a maior operação medieval portuguesa porque foi preparada com grande antecedência e o máximo rigor, mantendo-se o sigilo quase até à partida da expedição. Apesar de não se conhecerem ao certo os números, é-nos dada uma contabilização aproximada do número de combatentes e auxiliares que integrariam a armada – entre 18 000 e 20 000 – transportados em cerca de duas centenas de navios. O financiamento da expedição fez-se à custa da desvalorização da moeda, da requisição compulsiva de bens alimentares e de equipamentos. A logística envolveu todo o reino, mas, sobretudo, os habitantes das regiões de Porto e Lisboa. O armamento individual era levado pelos próprios combatentes, fora confiscado e ainda comprado, por exemplo em Inglaterra. A liderança da campanha pertenceu ao próprio rei D. João I, acompanhado dos infantes seus filhos e de todas as altas figuras do regime, cujo rei viu por várias vezes as suas opiniões serem contestadas nos sucessivos conselhos régios realizados no âmbito desta campanha militar. No final, conclui o autor, uma operação bem planeada culminou numa execução algo precipitada e um pouco improvisada, reflexo de um exército ainda tipicamente medieval, sem treino regular e sem comando profissional, tentado pela bravura cavaleiresca que condicionava muitas vezes o resultado final.

Adolfo Silveira Martins assina a exposição «Ir a Ceuta: os navios e as armadas» (pp. 147-162). Uma armada era constituída por navios ligeiros a remos, fáceis de manobrar e de criar uma estratégia de guerra no mar, e por navios de alto bordo de propulsão à vela e com maior tonelagem para o transporte de tropas e equipamentos. É pelos relatos de Fernão Lopes e de Zurara que sabemos os navios que faziam parte da armada de Ceuta e que se podem dividir em dois grupos: os de transporte e os de guerra, embora estes últimos funcionalmente estruturados, pois, à época, dificilmente se distinguiam dos mercantes. São, assim, caracterizadas galés, fustas, galeotas, bergantins, barca, pinaça, barinéis, cocas, urcas, naus e batéis. No final, o autor inclui um glossário de termos náuticos.

João Silva de Sousa apresenta uma sessão centrada em «Ceuta, 1415: protagonistas e figurantes» (pp. 163-178). Até 1415, vários portugueses, tanto mercadores, como piratas ou corsários, alongaram-se até Ceuta, ainda nos tempos idos do Condado Portucalense. O autor questiona o sigilo da organização da expedição em virtude do elevado número de participantes envolvidos na mesma, apresentando as suas fundamentações. São depois enumerados os protagonistas da campanha, desde os aventureiros às casas nobres portuguesas, destacando os Menezes pelo papel assumido no governo da praça africana.

É precisamente sobre D. Pedro de Menezes que Mafalda de Noronha Wagner redigiu o seu texto intitulado «D. Pedro de Menezes, 1.º governador de Ceuta e do Império» (pp. 179-216). A autora estrutura a sua exposição em três momentos da vida do governador da praça: a figura e o seu percurso; os últimos tempos; morte e memória. D. Pedro pertencia a uma das mais prestigiadas linhagens medievais com ligações às casas reais de Portugal e Castela mas, no início da segunda dinastia, a família já não detinha o poder e prestígio de outrora. Ceuta afigurava-se, assim, um meio para os recuperar. Apesar de quarta escolha para ocupar o cargo, D. Pedro de Menezes considerou que governar a praça seria uma honra, tendo sido cumulado de privilégios pelo rei. E foi graças ao seu desempenho militar e capacidade político-administrativa que foi possível manter Ceuta. Sucedeu-lhe na governação da praça africana o seu filho D. Duarte de Menezes, após 22 anos no governo de Ceuta. Os seus restos mortais foram transferidos com grande pompa para um túmulo no «Panteão dos Menezes», a igreja da Graça, em Santarém, cujo epitáfio perpetua a sua memória.

A coletânea de textos termina com a apresentação de Ángel Vaca Lorenzo sobre «Castilla en la baja Edad Media. La ardua tarea de evaluar la población en la cornisa cantábrica y Cuenca del Duero» (pp. 217-249). Trata-se de um estudo demográfico numa época onde faltam dados estatísticos. As fontes disponíveis são as de carácter fiscal, de difícil interpretação, e as eclesiásticas, como *Los Libros de visita de la Orden de Santiago*, que também têm limitações. Com as devidas reservas, o autor conclui que a povoação de Castela entre os sécs. XIV e XV rondaria os quatro milhões e meio de habitantes. O autor analisa as fontes com informação demográfica relativas ao território cantábrico, constatando que à quebra populacional do séc. XIV sucede uma recuperação demográfica no século seguinte, se bem que desigual conforme as localidades. Cuenca del Duero era a região mais povoada de Castela no início do séc. XIV, acompanhando as tendências demográficas do resto do território de Castela, nos sécs. XIV e XV.

As Décadas de Ceuta (1385-1460) é um conjunto de textos que reflete, por um lado, a investigação que tem sido feita sobre o tema, mas, por outro, abre novas linhas de investigação sobre uma época que ainda tem muito para explorar.